

## A PARTICIPAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ NO LÍBANO (UNIFIL)<sup>1</sup>

Cláudio de Carvalho Silveira<sup>2</sup>

**Resumo:** Este texto pretende abordar alguns aspectos político-estratégicos e sociológicos da presença da Marinha do Brasil (MB) nas operações da paz, especificamente na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), em nome da sua missão, preparo e emprego no plano internacional. Estas operações foram iniciadas pelo mandato estabelecido em 1978 e, desde 2011 até 2018, oficiais navais brasileiros têm sido comandantes da Força Tarefa Marítima (FTM), em inglês, *Maritime Task Force* (MTF) da UNIFIL. Embora o Brasil tenha estado presente em diversas missões desta natureza com a participação dos militares brasileiros, tais atividades na UNIFIL se revestiram de um aspecto peculiar para a MB, que foram construídos para justificar a imagem nacional e internacional de sua presença no Líbano. Apresentamos alguns aspectos desta operação fazendo uma leitura do *ethos* militar-naval, com base na concepção social e política do pensamento bouerdisiano e da interpretação da sociologia organizacional da profissão militar, relacionadas à reflexão de alguns autores nacionais e estrangeiros que trataram do tema das missões de paz. Neste sentido, mencionamos razões e questões que podem ser pensadas sobre o propósito do Brasil e sua Marinha na percepção e legitimação de sua identidade presença na UNIFIL.

**Palavras-Chave:** Marinha do Brasil, Força de Tarefa Marítima, UNIFIL, Defesa, Diplomacia, Construção da Identidade

**Abstract:** This text intends to address some political-strategic and sociological aspects of the presence of the Brazilian Navy (MB) in peace operations, specifically in the United Nations Interim Force in Lebanon (UNIFIL), in the name of its mission, preparation and employment at the international level. . These operations were initiated by the mandate established in 1978 and, from 2011 to 2018, Brazilian naval officers have been commanders of UNIFIL's Maritime Task Force (MTF). Although Brazil has been present in several missions of this nature with the participation of the Brazilian military, such activities at UNIFIL had a peculiar aspect for the MB, which were constructed to justify the national and international image of its presence in Lebanon. We present some aspects of this operation by reading the military-naval ethos, based on the social and political conception of Bouerdisian thought and the interpretation of the organizational sociology of the military profession, related to the reflection of some national and foreign authors who dealt with the theme of military missions. peace. In this sense, we mention reasons and questions that can be thought about the purpose of Brazil and its Navy in the perception and legitimization of its identity and presence in UNIFIL.

---

<sup>1</sup> Este texto foi apresentado, inicialmente no LASACONGRESS 2019.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Orcid 000-0002-9578-7373

Keywords: Brazilian Navy, Maritime Task-Force, UNIFIL, Defense, Diplomacy, Identity Construction

## **INTRODUÇÃO**

É notório que a participação histórica de militares brasileiros em operações de paz da ONU já remonta a várias décadas, sendo a primeira delas, a UNISCOB (Comissão das Nações Unidas para as Balcãs), que existiu entre 1947 a 1951, com a presença de alguns oficiais das três FFAA brasileiras entre 1948 e 1949. Daí em diante, o Brasil participou nos anos 1960 com militares enviados para a UNEF I, realizada no Sinai e Faixa de Gaza, com 600 homens do Batalhão de Infantaria, que ficou conhecido como Batalhão Suez, entre 1957 e 1967 (Fontoura, 2005a). Portanto, podemos dizer que não é inusitado o fato de que a presença de militares brasileiros no Mediterrâneo do Oriente Médio seja uma novidade como, às vezes, se pode deduzir pelo que se vê presente nas, às vezes, equivocadas informações da opinião pública nacional, veiculadas ao cidadão comum.

Apesar de estar envolvido em outras operações de paz existentes no mundo, perfazendo mais de 30 e com quase 20 mil homens e mulheres, segundo o informado até 2011, considera-se válido o engajamento de nossos meios navais no Líbano, com as atividades empreendidas na UNIFIL, existentes desde 1978. Neste caso, a MB participou, desde 2010 a 2018, através da Força de Tarefa Marítima (FTM), constituída pela ONU em 2006. O anúncio das autoridades nacionais de que o Brasil participaria da UNIFIL em destaque para as operações navais veio com a Nota 60 emitida pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Como se segue:

O Brasil assumiu o comando da Força-Tarefa Marítima (MTF) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). É a primeira vez que o Comando da MTF está a cargo de país não-membro da OTAN. Brasil assumiu ontem, dia 15, o comando da Força-Tarefa Marítima (MTF) da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A MTF é composta de 800 militares de 33 nacionalidades e 8 embarcações e, a partir de agora, será comandada pelo Contra-Almirante Luiz Henrique Caroli. É a primeira vez que o Comando da MTF está a cargo de país não-membro da OTAN. A participação brasileira na UNIFIL atende a convite das Nações Unidas (Ministério das Relações Exteriores, Nota 60).

Alguns meses mais tarde, a Nota 351, do MRE, em conjunto com o Ministério da Defesa (MD) divulgou que:

Com a aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, concluída em 28 de setembro, o Governo brasileiro prepara o envio de um navio da Marinha do Brasil, equipado com aeronave e até 300 tripulantes, para reforçar o componente marítimo da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). (Ministério das Relações Exteriores, Nota 351).

A medida aprovada pelo Congresso Nacional atendeu à mensagem enviada pela Presidente Dilma Rousseff, acompanhada de Exposição de Motivos assinada pelos ministros da Defesa, Celso Amorim, e das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. No documento, os ministros ressaltam que a iniciativa demonstra o compromisso do Brasil com a promoção da paz no Oriente Médio.

Segundo informações do MD, o contingente brasileiro na UNIFIL era constituído mediana e tipicamente do seguinte: 1 fragata atuando como navio-capitânia (com cerca de 250 militares)<sup>13</sup> militares pertencentes ao Estado-Maior da FTM, militares pertencentes ao Estado-Maior da UNIFIL,<sup>7</sup> militares inseridos na Brigada Espanhola, (Portalr3defesa, 2022).

Vemos aqui a legitimidade conferida pela comunidade internacional e os poderes constitucionais brasileiros para tentar realizar seus interesses próprios de maneira harmônica com a geopolítica na costa oriental do Mediterrâneo. Ela tem representado muitos desafios à paz mundial, pelo menos, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a região tem envolvido árabes e israelenses num conflito histórico. Aqui houve também uma conciliação de interesses do Brasil com os objetivos corporativos da sua própria Marinha, que, percebe a oportunidade de se apresentar para um tipo de missão que tem tomado dada vez mais corpo no cenário pós Guerra Fria, o que revelou a busca de possuir um significado de maior relevância no contexto da ONU e sua política de pacificação à luz do Capítulo VI e do capítulo VII, descritos na sua proclamada Carta. Sobretudo a partir da administração de Kofi Annan, na Secretaria Geral, aumentou o apelo para que os países participassem de maneira mais ampla e variada nas operações de paz criadas pelo CSNU a fim de tentar resolver questões regionais e mundiais (Kenkel, 2012).

Foi considerado pelas autoridades internacionais que, dado o seu desempenho, com seus recursos humanos e materiais, a MB conseguiu obter bom resultado, o que aumentou a valorização do país pela comunidade internacional. Apesar de haver problemas ocasionais, este desempenho resultou em maior interoperabilidade, qualificação, cooperação e intercâmbio militar-naval,

a ponto de ser convidado para liderar as atividades de patrulhamento e monitoramento, designadas pela autoridade das Nações Unidas.

Este desempenho envolveu uma maior utilização de seu Corpo de Fuzileiros, Corpo de Intendência, mas, sobretudo do Corpo da Armada, onde se viu a expedição de corvetas, fragatas e helicópteros no patrulhamento das águas do Mediterrâneo a fim de cumprir o mandato estabelecido, junto com outras marinhas dos países envolvidos na missão. Este tipo de engajamento representou uma atitude significativa, pois, amplia o leque de atuação político-diplomático brasileira, numa região historicamente conflituosa, mas, também de valor cultural e econômico para o Brasil, dada a presença secular de uma grande população de israelenses, sírios e libaneses na América Latina e, notadamente no Brasil.

Este texto está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, abordamos algumas categorias fundamentais na temática das operações de paz e o que alguns analistas avaliaram sobre as mesmas, especialmente sobre a participação brasileira. Aqui enfatizamos nossa concepção sócio-política que consideramos válida para interpretar aspectos do Brasil e sua Marinha nos propósitos dessas operações.

Na segunda, tratamos das motivações do Brasil nessas operações, com suas tradicionais características de política externa. Depois, abordamos a participação da MB na UNIFIL e como foi justificada por diferentes atores nacionais e internacionais.

Por fim, destacamos o significado sociológico desta ação, construída dentro e fora da corporação naval para legitimá-la. Além disso, ressaltamos as medidas e práticas empreendidas pela MB para fazer valer seu prestígio, reconhecimento e aprendizado na modernização de seu *ethos* profissional, *habitus* e cultura organizacional.

### **Abordagem Sociológica Sobre o Tema**

Entendemos que a atitude das autoridades brasileiras e da Marinha participarem da UNIFIL, denota a construção de certa representação da identidade profissional, isto é, do *ethos* militar. Este contribui para definir um tipo de atividade promotora de um relativo prestígio e acúmulo de capital social, político e cultural para o Brasil e a MB presente na sociologia de Bourdieu. Este autor foi influenciado pelo estruturalismo da crítica marxista das formas de poder e reprodução na sociedade capitalista e suas instituições dispostas em diversas formas, além do que ele também teve influencia do pensamento weberiano e sua análise fenomenológica das ações sociais, (Ortiz, 1983) e (Monteiro, 2018).

Assim, vemos que isto pode ser pensado a partir da compreensão crítica do *habitus* institucional cultivado e construído pela instituição, demais agências governamentais brasileiras, libanesas e pelas autoridades da ONU, de acordo com a contribuição da teoria bourdieusiana para a sociologia e a política internacional. Ademais, há importantes questões feitas por alguns analistas nacionais e estrangeiros que estudaram as operações de paz promovidas pela ONU, que podemos aproximar com aquela percepção sociológica, tal qual pretendemos mencionar adiante.

A nosso ver, a atitude das autoridades brasileiras e da Marinha participarem da UNIFIL, denota a construção de certa representação da identidade profissional, isto é, do *ethos* militar, que contribui para definir um tipo de atividade promotora de um relativo prestígio e acúmulo de capital social, político e cultural para o Brasil e a MB. Consideramos também que, tais práticas e acontecimentos estão relacionadas àquilo que se convencionou chamar de Revolução de Assuntos Militares (RAM), modernização e de “pós-modernismo militar” (Moskos, Williams, Seagal, 2000), o que não elimina, mas, transforma as características tradicionais das missões militares. Estes autores tratam de modelos institucionais e organizacionais, bem como de suas transformações internas e externas ao mundo castrense, pois, receberam a influência da sociologia militar de Janowitz (1967), também tributário do weberianismo.

Esta situação incrementou sua aplicação em “novas missões”, por causa dos novos conflitos e ameaças crescentes durante o século XXI, que passaram a ser cada vez mais solicitadas, para além das missões tradicionais de guerras e conflitos. Tal situação criou novas maneiras de legitimação social do uso do poder militar em países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento social.

Outros autores passaram a analisar a questão da relevância das operações de paz, como fizeram Diehl e Druckman (2010) ao abordar seus aspectos importantes considerando a existência de padrões para avaliar falhas e acertos presentes nas mesmas. Neste sentido, eles explicaram que há variáveis que podem elucidar e estabelecer pesos e medidas por meio de diferentes modelos, o que torna esta tarefa um tipo de ação trabalhosa e complexa. Como exemplos, foi por eles citados os casos da Bósnia, Ruanda e Somália, pois chamaram à atenção para a necessidade de fazer um esforço teórico a fim de compreender aquele fenômeno social, causa de muitos problemas no contexto internacional. Estes aspectos podem ser associados a outros elementos, tais como: os objetivos da missão, logística, extensão da cooperação com o país anfitrião, tipo de conflito e seu contexto e variações. Os autores também destacaram o que seria os indicadores de sucesso que podem ser interpretados teoricamente com base nos

dados recolhidos na realidade da missão e o elaborar de teorias de médio ou longo alcance. Então, seria possível elucidar as melhores práticas e as lições aprendidas, por sua vez podem levar a consequências não previstas no processo em questão. Segundo Diehl e Druckman, há pertinência em ater-se aos cuidados e riscos, que podem ser conhecidos através de entender o “que”, “como” e “porque” para analisar com efetividade aquilo que é julgado bem sucedido.

Estes autores advogaram a necessidade de se estabelecer padrões claros, indicadores operacionais correspondentes, funcionamento e trabalho do sistema jurídico no contexto social, clara distinção entre *inputs* e *outputs*, equilíbrio entre o que pode ou não ser generalizado e enfim, a busca por criar uma concepção multidimensional das operações de paz e seu sucesso. Nesta concepção tal postura se tornou cada vez mais necessária a partir dos anos 1990, quando houve mudança no perfil das operações, com maior complexidade no quadro internacional e no processamento das mesmas pela ONU, envolvendo um número maior e mais diverso de atores e estrutura de suas atividades.

De encontro a esta problemática, seria relevante destacar que o Brasil procura vencer os impasses relacionados às questões de “imparcialidade” e “neutralidade”, pois isto poderia comprometer a credibilidade do país na condução das operações, que já manifestaram problemas nos processos de pacificação, quando assumidos por nações colaboradoras, como nas missões da Iugoslávia, Ruanda e Somália, citadas na obra de Fontoura sobre o tema. Percebemos também que isto se consolidou como um exemplo de “lições aprendidas” para enfrentar as crises, no entender de Diehl e Druckman, como no próprio Líbano em 1984, no transcurso da Força Internacional Multinacional II, pois, alguns indivíduos foram identificados como cristãos ocidentais de origem francesa e estadunidense por muçulmanos naquela ocasião. Esta foi uma situação pode ser vista segundo a ONU como algo preocupante para o que se entende ser satisfatório numa operação de paz pelas autoridades, pelas tropas, mas também pelo pessoal civil como no caso da própria população local, que pode aderir ou não ao protocolo de pacificação. Para alguns analistas, isto influi até nas questões econômicas das operações de paz, como, por exemplo, se pode ver na avaliação de Cardoso (1998) ao mencionar a própria UNIFIL e o seu envolvimento na economia, política e socialização local, até mesmo, incrementando um mercado negro de produtos e serviços pelo mesmo. Este é um dos tópicos listados por Cardoso para questionar a condição de crise ou crescimento das operações da ONU. Para, este autor os outros fatores são: a) fator CNN, b) diversificação dos participantes, c) comando e controle, d) responsabilidade e formulação administrativa, e) treinamento e equipamento, f) tecnologias avançadas e intrusivas, g) informações públicas e reverses, h) atrasos na divisão das contas, i)

paz e operações de guerra, j) cruzados do internacionalismo e forças permanentes, k) fardo do homem branco e as desordens do Terceiro Mundo, l) pandemônio étnico, m) imperativo humanitário e defesa da democracia, n) sanções econômicas, o) cooperação com organizações internacionais.

Entretanto, apesar de considerarmos e valorizarmos esta análise, nosso intuito aqui não é fazer uso de todos estes fatores para abordar a participação naval brasileira na UNIFIL. Apenas, gostaríamos de destacar qual o tipo de atuação que o Brasil desenvolveu por meio da MB nos últimos anos e como isto foi apresentado de modo a qualificar a mesma como válida e relevante para a esta corporação, o país e a comunidade internacional. Tampouco visamos aqui dizer, tacitamente, se a missão foi ou não um sucesso em si, na sua totalidade ou de forma parcial e apurar todas as lições que foram ou não aprendidas é algo a valorizar. Mas, esta pode ser uma tarefa importante para outros analistas, de instâncias governamentais e sociais e o próprio *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), já que, como dito antes, o mandato dado ao Brasil teve seu fim decretado pelo CSNU (ONU BRASIL, 2018).

De maneira menos complexa, o que podemos aqui demonstrar e afirmar é que, especialmente, segundo o discurso oficial da MB, do MD, do MRE e das autoridades onusianas, houve uma apreciação positiva da participação brasileira nesta operação de paz. Maiores e mais profundas abordagens podem ser feitas noutra ocasião, mas, este não é o nosso intento no presente texto.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Decerto, que houve críticas, mais ou menos explicitadas, dado o elevado gasto de recursos materiais humanos brasileiros ao enviar uma força-tarefa ao Líbano naquele período de tempo. Além disso, os questionamentos seriam de ordem político-institucional por entenderem que o Brasil alargaria demais o seu espaço internacional, para além do seu entorno estratégico: do Caribe à Antártica e da América do Sul a África; assim, outras missões poderiam contar com a presença do Brasil com menores recursos, em latitudes mais próximas ao país. Uma avaliação equilibrada dos propósitos com ganhos e dificuldades da presença do Brasil e sua Marinha no Líbano, pode ser encontrada em Silva, Braga, Marcondes (2017). Os autores apresentam uma análise do país a partir de seus interesses de projeção da sua influência e presença no Oriente Médio como parte de um projeto de ampliação do alcance de sua política externa e de defesa de acordo com seu entendimento próprio de sua contribuição naquela região, além do aspecto estratégico de envio de militares em si. Neste sentido, aludem a outros analistas que consideram que o país visaria ser um ator responsável no plano internacional, como Abdenur (2016) e Franco (2016) (apud Silva, Braga, Marcondes, 2017). Estes três autores esclareceram a atitude brasileira como fortalecimento dos objetivos estratégicos nacionais ao incrementar sua participação nas operações de paz. Enquanto membro do Sul Global e sendo uma potência média emergente, o Brasil possui limitações, mas, percebe ser necessário agir como um “provedor de paz”, no âmbito de suas obrigações de colaborar com a ordem internacional. Assim, o país pode legitimar-se diante das grandes potências, tendo delas seu reconhecimento na sua busca por uma liderança confiável na relação com a ONU, OTAN e nações com menor dimensão, mas de grande importância naquele cenário, tais como o próprio Líbano, Israel, Turquia, Irã etc. Este comportamento foi considerado significativo por aqueles autores, pois, fez com que o Brasil pudesse ser mais capacitado para operar em novas missões e colaborar com a aplicação e ampliação das regras e doutrina onusiana, a partir das funções da FTM da UNIFIL. Além disso, fez com que o Brasil aumentasse seu conhecimento para as suas atividades típicas de operação e interoperabilidade no Atlântico Sul.

Consideramos apenas que tal tipo de atitude das autoridades e da MB se deve ao objetivo de alcançar uma boa imagem tanto para o público interno nacional, quanto para a comunidade internacional. Portanto, isto denota a construção de uma “distinção”, reproduzida na formação do *habitus* e no acúmulo de capital social, cultural e político diante do Estado e da sociedade brasileira, conforme apreendemos de Bourdieu (1988), Bourdieu (1982) e Bourdieu (1999). Sua análise foi feita em termos dos gostos e preferências de classe e estilos de vida, para tratar da arte e da aquisição de cultura e educação, neste caso, incluem-se categorias profissionais em escolas de prestígio e poder, como as governamentais. Apesar do contexto social e institucional ser diferente, pensamos que, no aspecto dos recursos humanos, tal concepção teórica pode ser válida no que diz respeito a pensar criticamente a situação das FFAA, como fizemos noutras publicações. Nelas abordamos instituições estatais e não estatais importantes para entender profissões civis e militares, como em nossos estudos sobre a MB. Do mesmo modo, a sociologia da profissão militar e sua modernização foram por nós usados na visão sobre a corporação naval (Silveira, 2016), (Silveira, 2016) e Silveira (2021).

Outro aspecto que levamos em conta foi a problemática de reforço da identidade masculina no desempenho profissional também enfatizada por Bourdieu. Afinal, questões de gênero têm sido cada vez mais levados em conta na avaliação de missões de paz, feita pelo DPKO e os países envolvidos nelas. Neste trabalho, tratamos do assunto resumidamente, em que pese seu alto valor simbólico, apenas como simples efeito de comparação com o que outras nações fizeram na UNIFIL. Isto porque o contingente naval brasileiro nesta missão era muitíssimo reduzido em relação ao que se deu no Líbano ao contrário de outros parceiros, apesar desta presença feminina brasileira ter sido reduzida, conforme veremos adiante. De todo modo, apesar de não serem explorados neste texto, consideramos que, sobre as atividades brasileiras neste quesito, merecem mais atenção, pois, são importantes conforme o estudo de Mathias (2009), além das considerações mais amplas feitas por Drumond (2012).

---

Para uma visão crítica sobre a UNIFIL, em geral, ver: FEDERHEN, D., *A Decade of UNIFIL- a critical approach to the effectiveness and appropriateness of UN-peacekeeping based in the example of UNIFIL*, GRIN Verlag, 2004.

A formação e a capacitação profissional são outros traços distintivos. Como veremos, a MB criou um estabelecimento próprio para fazer o treinamento para missões de paz, além daquilo que já foi instituído para as três FFAA pelo MD. Este aspecto denota o quanto a instituição zela por sua especificidade e pensamento corporativas para qualificar seus recursos humanos no âmbito das operações de paz.

Portanto, nosso argumento é: segundo o discurso governamental brasileiro, da MB e da ONU, houve uma apreciação positiva de nossos marinheiros nessa operação de paz. Daí, esta atitude das autoridades envolvidas e da MB se deve ao objetivo de construir e manter boa imagem tanto para o público interno nacional, quanto para a comunidade internacional. Para nós, isto representa a criação de uma “distinção”, baseada na formação do *habitus* e no acúmulo de capital social, cultural e político diante do Estado, da sociedade nacional e internacional, de acordo com a sociologia bourdieusiana, conforme veremos adiante. Sendo uma agência estatal a Marinha está dentro do espectro de reunião dos diferentes tipos de capital tal qual outras instâncias corporativas militares e civis do Estado brasileiro.

Em suas obras, Bourdieu apresenta a questão da cultura nacional e sua herança na sociedade capitalista ocidental, na formação de profissões e posições consideradas de alta aceitação e reconhecimento coletivo, no âmbito interno e externo à realidade francesa. Além do que, com suas análises sobre várias instituições sociais, sua influência tem sido cada vez mais valorizada para tratar de questões nacionais e internacionais, como vemos na obra compilada por Adler-Nissen (2013). É bom destacar que Bourdieu manteve uma postura crítica das consequências do capitalismo e seu processo de globalização neoliberal (Bourdieu, 1997). Outras alusões a esta concepção sociológica e sua relação com aspectos, tradicionais e ampliados da percepção de ameaças na construção de discurso foram feitas por Buzan, Weaver e De Wilde (1998) e Buzan e Hansen (2012) nos estudos críticos de segurança internacional;

Assim, tomamos emprestado alguns conceitos daquele autor para abordar o tema das missões de paz, com algumas de suas categorias mais importantes, destacando a representação social elaborada para tratar de instituições como os Estado-nação e seus agentes no contexto interno e externo. Este é o caso de militares, diplomatas e a comunidade internacional onusiana com seu julgamento sobre tais valores e práticas, que existem para tentar resolver conflitos.

As categorias sociológicas de Bourdieu, escolhidas neste texto, são: distinção (Bourdieu, 1988) *habitus*, capital social, cultural e político (Bourdieu, Passeron, 1982) e (Bourdieu, 1992), além de dominação masculina (Bourdieu,

2002). Entendemos que sua análise sobre a distinção (como já foi dito, feita inicialmente, sobre gostos e preferências de classe e estilos de vida, para tratar da arte e da aquisição de cultura e educação), também importante para pensar nas corporações profissionais e escolas de prestígio e poder, como as governamentais. A ela estão ligadas as práticas e valores institucionalizados e internalizados pelos indivíduos, isto é o *habitus*, bem como acúmulo de prestígio: capital social, cultural e político, para aumentar o poder simbólico e material de um dado grupo ou instituição no âmbito estatal e societário.

Daí, na sociologia bourdieusiana, pode-se entender o *habitus* como um conjunto de disposições e práticas baseadas na representação de valores que os grupos e instituições reproduzem sobre si e os outros no contexto social. São estruturas que se organizam em cada espaço e formam tradições e normas coletivas que se institucionalizam e se reproduzem, mas, também se adaptam e se modificam ao longo do tempo. O capital social é o acúmulo de recursos materiais e simbólicos por um dado grupo social na interação com os demais, representando poder e prestígio numa certa situação, e se desdobra em aspectos culturais e políticos específicos. O capital cultural é um tipo de capital derivado do acúmulo de conhecimento filosófico, artístico e científico e religioso, como saberes teórico-práticos mantidos de forma hierárquica e reproduzidos pelas instituições sociais, principalmente, o sistema de ensino, na difusão de valores e práticas profissionais, como ocorre nas escolas e universidades. Ele representa um poder simbólico notável na apreensão e desempenho das carreiras de maior prestígio. O capital político significa a capacidade de acúmulo de poder e autoridade e influência nas decisões presentes na estrutura estatal ou societária em geral, daí ter vez e voz para fazer valer seus interesses no relacionamento com os diferentes níveis de atividade coletiva. O Estado é considerado por Bourdieu como um metacaital, pois, seja no cenário interno ou externo, ele possui todos os tipos de capital juntos, articulando-os segundo seus interesses e funcionamento.

Finalmente, a dominação masculina é a reprodução da predominância de valores e práticas associadas à valorização da masculinidade no espaço social, mesmo que esteja composto também por mulheres, representando o gênero feminino. Ela permite a construção de identidades baseadas em aspectos como virilidade destreza, competência e autoridade associadas aos homens, mesmo que as mulheres possam vir a ser valorizadas por diversos fatores no desempenho de variados papéis sociais. Tal dominação justifica o machismo e sua difusão no ambiente coletivo, por meio de variadas instituições sociais.

No tema das missões de paz, não desconsideramos que o uso de termos como lições aprendidas, credibilidade e multidimensionalidade seja levado em conta por acadêmicos, governos, administradores das Nações Unidas e meios de comunicação em geral, conforme apresentados por outros analistas. Apenas gostaríamos de agregar que entendemos criticamente tal postura, pois, a mesma faz parte de uma prática, de atribuir uma imagem positiva e distinta para a identidade elaborada por civis e militares nas missões de paz, entendidas como mal ou bem sucedidas, segundo a percepção de diferentes atores. Isto se dá, a fim de se legitimar a presença nacional e o gasto público em ações que incrementem o capital simbólico do Brasil e suas FFAA para o público interno e externo a si mesmas e ao país.

Entendemos que houve uma confluência de fatores e interesses de diferentes atores, capazes de legitimar a participação da MB num tipo de missão até então, inédita para ela, o que permitiu que a mesma ocupasse um espaço de destaque na FTM, assumindo o comando por um razoável período de tempo. Como mencionado antes, isto se deu, sobretudo, para o caso do Corpo da Armada, pois, esta representa um diferencial profissional de simbolismo altamente prestigioso, uma vez que permitiu realizar funções e tarefas que, às vezes, são distintas de outras formas de engajamento, como patrulha naval / fluvial, combate ao crime organizado etc., a que a mesma tem se dedicado no Atlântico Sul brasileiro. Além disso, destacamos que a Armada é genericamente considerada a alma das Marinhas, significa, portanto, uma distinção interna de formação militar bastante consagrada no mundo naval, pois representa mais adequadamente a identidade deste tipo de corporação, dado que ela não existiria sem a navegação marítima. Em outras missões de paz que a MB participou, outra atuação direta foi do contingente de seu Corpo de Fuzileiros Navais. Na UNIFIL, embora tenha um pequeno pessoal deste segmento de fuzileiros, a Armada obteve, enfim, proeminência, pelo tipo de operação exigida no Mediterrâneo.

Neste contexto, o Brasil atuou em conjunto com outras nações e suas Forças Navais num tipo de contexto onde seus marinheiros foram especialmente capacitados e o país se fez mais presente, adquirindo boa avaliação do governo e povo libanês e do DPKO, o que ocorreu para aumentar o seu capital simbólico e político de nosso país e sua Marinha. Tal desempenho contribuiu para o aumento do prestígio, dos objetivos e características de política externa empreendida pelo Brasil. Por fim, colaborou para o alcance de maior valorização e influência de sua presença militar e cultural, como um país pacífico, mas, engajado em tentar resolver a contento conflitos internacionais por meio de sua diplomacia e das

armas, mesmo não sendo uma grande potência bélica e expressiva participação econômica e cultural no cenário mundial.

### **Razões e Fatores Sobre a Participação do Brasil na UNIFIL**

Em função das questões levantadas anteriormente, apresentamos aqui como o Brasil e sua Marinha, com suas diversas formas de capital acumulado, construíram e sustentaram o reconhecimento da legitimidade e da avaliação prestigiosa no tocante à UNIFIL.

Como exemplo, podemos mencionar que este comportamento se coadunou com a perspectiva do comando da operação de paz libanesa e as expectativas gerais sobre a cooperação internacional nesta parte do Oriente Médio. O militar italiano responsável pela mesma, general Stefano Del Col, afirmou que as FFAA libanesas foram um bom caso de resistência e habilidade para preservar a estabilidade na região, desempenhando esforços e sacrifícios num contexto conturbado, feito com o apoio dos países engajados na UNIFIL, com cerca de 11 mil integrantes, dentre os quais, o Brasil (UNIFIL, 2017).

Há uma posição tradicionalmente aceita por autoridades brasileiras de que a política externa empreende por meio da diplomacia e da defesa a consecução dos interesses nacionais e os relaciona à cooperação e intercâmbio internacional, conforme Aron (2002). Neste sentido, é possível encontrar declarações e análises relacionadas a objetivos políticos e econômicos, o que também pode ser observado aqui, posto que a região do Oriente Médio é muito importante para o Brasil, por causa de seus interesses comerciais e industriais, como por exemplo, alimentos, petróleo, equipamento militar etc. No nível político-institucional, declarou-se a importância do relacionamento brasileiro que se apresenta na história envolvendo diversas nações do 'desta região, como é o caso tanto de Israel quanto do Líbano. Tal relacionamento ajudou a configurar o equilíbrio de atitudes de manifestação prática de interesses nacionais, aliados ao que se pode configurar na aceitação das prioridades político-estratégicas que estão na agenda onusiana.

Além dos interesses políticos e econômicos brasileiros e dos compromissos internacionais por ele assumidos, também contou para uma boa avaliação do país, o fator cultural, reforçando, também um tipo de distinção da presença internacional do país. No caso do Brasil isto se deu por causa da grande imigração de israelenses, sírios e libaneses na América Latina, notadamente, também compondo expressiva parte da população brasileira. Assim, percebemos que a presença brasileira neste tipo de operação, tem levado em conta alguns parâmetros razoavelmente estáveis a partir de seus princípios de política externa,

onde a cultura tem merecido destaque, ao lado da economia e da política. Ao longo do tempo, em alguns momentos, isto foi pretendido, como podemos verificar no envolvimento brasileiro no Timor do Leste, em Angola, Moçambique, como traço da lusofonia e no Haiti, quando foi ressaltando nossa latinidade, representando algo de comum, como a etnicidade mestiça utilizada pelo discurso diplomático-governamental como “poder brando” do país (Nye, 2004). No caso da UNIFIL isto também foi acolhida por causa da difundida herança histórica que envolve a presença destes povos orientais na sua diáspora para a Península Ibérica e a América Latina desde a sua colonização.

Porém, a princípio, não parece que este fator simbólico estivesse tão explícito na experiência e na justificativa brasileira na UNIFIL, como nos outros casos mencionados. Segundo dito na comunicação oficial dos ministérios brasileiros mencionados anteriormente, a participação brasileira nesta operação de paz foi oficialmente justificada pelos argumentos diplomáticos tradicionais, genericamente estabelecidos nos princípios de relações internacionais do governo brasileiro, aliados à necessidades de aprofundamento dos mecanismos de segurança internacional e defesa. Como se sabe, tais princípios são conhecidos como autodeterminação, não ingerência, pacifismo, multilateralismo, busca da paz, negociação diplomática, recusa à guerra de conquista etc. Ali, as FFAA brasileiras cooperaram com outros militares estrangeiros sob o mandato onusiano para aproveitar a oportunidade para intensificar o intercâmbio e a interoperabilidade entre si. Para as atividades relacionadas às operações navais de patrulhamento no Mediterrâneo, a MB teve um envolvimento importante em relação a outros engajamentos brasileiros onde ela já esteve ou está presente. Lembramos que isto se deu porque a corporação realiza mais enfaticamente as tarefas realizadas pelos fuzileiros, intendentes e Corpo da Armada, pois enviou alguns de seus navios, fragatas e corvetas, a fim de cumprir os objetivos de maneira efetiva em relação ao patrulhamento feito para ajudar a marinha libanesa manter a paz naquela região.

Em seguida, apresentamos também o que se falou criticamente da alegada importância do envolvimento do Brasil nas operações de paz. Embora não faça uma abordagem bourdieusiana, entendemos que há uma aproximação com as análises feitas por Nasser (2012) sobre a participação brasileira em missões de paz. Mesmo se admitirmos que a UNIFIL foi uma experiência positiva, segundo os administradores e atores governamentais envolvidos, concordamos com Nasser, que considerou que houve um relativo “fetiche” sobre as operações de paz da ONU no pensamento elaborado por alguns analistas de relações internacionais, pois, revelam uma “ fascinação” por elas e pelo alcance do multilateralismo. Para este autor, esta aprovação seria desproporcional à sua

efetividade no cenário mundial pois, são a elas atribuídas a organização de uma “mística orientalista”, advinda da imagem de Lawrence da Arábia, e de um “salvacionismo”, defendido por Sérgio Vieira de Mello. Embora Nasser não pretenda fazer um julgamento reducionista e desqualificador deste tipo de atividade, ele aponta para o empreendimento do “ativismo”, sobretudo a partir da gestão de Khofi Anan na Secretaria Geral, com a adoção da “responsabilidade de proteger” (R2P) no caso da África. Este ativismo teria influenciado a percepção brasileira sobre sua participação global, elaborando a tese da “responsabilidade ao proteger” (RWP), no seu engajamento em missões como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e a UNIFIL. Ademais, Nasser argumenta que, outrora, não teria havido um padrão regular de justificativa da presença do Brasil em operações de paz, a não ser a partir dos anos 1980. A partir deste período, houve marcos mais bem definidos que sustentaram a sua presença em Angola, Moçambique, Timor do Leste, e, posteriormente, incrementada no Haiti e no Líbano.

Para Nasser o aumento da presença brasileira seria fruto da herança histórico-cultural e das circunstâncias internacionais para o aprofundamento das mencionadas categorias de “solidariedade ativa” e “projeção de poder”, principalmente, por causa do perfil adotado pelo país nos governos de Lula da Silva. Tal postura incrementou ainda mais o princípio da “não indiferença”, quando o Brasil saiu na busca por espaço de ator global, permitindo incrementar o seu efetivo nas operações de paz com pessoal civil, além do aumento dos próprios militares, como no caso do Haiti. Este comportamento do Brasil se combinou com a construção de certo cálculo de política externa para legitimar o país como potência global, mesmo não possuindo todos os recursos para impor ou fazer valer a sua vontade aos demais países, a não ser por canais institucionais e sua diplomacia.

Na visão de Nasser houve uma equalização entre poder e influência, revestidos de uma “manta moral” que prestou solidariedade aos países amigos, mais ainda àqueles considerados irmãos. Portanto, para além da visão instrumental de outros analistas, calcada no aumento de recursos materiais e treinamento das tropas o Brasil elaborou um discurso de país altruísta e benigno, que agia como ator internacional por princípios e por interesse de ocupar um lugar mais elevado na esfera internacional. Neste contexto existiu, pela primeira vez, a preocupação de consignar, na sua Estratégia de Defesa Nacional, proclamada, inicialmente em 2008, a importância das operações de paz. Na visão de Nasser este passo significou um verdadeiro “marco histórico” na tradição de política externa, onde as FFAA serviriam ao fortalecimento da diplomacia brasileira.

## **A Legitimação da Presença da Marinha do Brasil na Força Tarefa Marítima**

Sendo considerado um país com uma Marinha de porte médio, o Brasil foi convidado a integrar as operações marítimas da UNIFIL, cuja solicitação resolveu aceitar em 2011. Os militares brasileiros estiveram no comando da FTM, operando com um navio que compõe um conjunto de sete embarcações com os demais países para as atividades navais. Junto com ele, outros países participaram da operação no Líbano, como Alemanha, Grécia, Bangladesh, Indonésia e Turquia. Nesta missão, o contingente de oficiais destes países chegou a quase mil oficiais, sendo que a quantidade de brasileiros chegou a quase 300 em cada embarcação enviada àquele país.

Na FTM representou certo avanço no envolvimento internacional de nossos soldados-marinheiros. A visita do comandante adjunto da UNIFIL à FTM sob o comando brasileiro significou um reconhecimento das operações navais em si e o apoio ao Brasil no comando da mesma, o que contribuiu para o aperfeiçoamento dos fatores morais e técnico-administrativos nas operações do Mediterrâneo. Para a ONU foi também um aprendizado, já que a UNIFIL foi a primeira operação de paz a contar com um destacamento marítimo capaz de se constituir uma Força independente no cumprimento da missão e dos objetivos do mandato do CSNU. (UNIFIL, 2017). No Mediterrâneo houve uma escalada de exercícios navais entre a Marinha libanesa e aquelas dos países envolvidos, como a brasileira, fazendo atividades na região do porto de Beirute e realizando patrulhas e inspeções, além de compartilhar conhecimento institucional, criando, então, uma significativa presença naquele contexto. A título de informação, o contingente geral da FTM era mantido basicamente, no Líbano, por cerca de 825 marinheiros servindo em sete navios, que se revezavam periodicamente, cumprindo seus deveres a contento, segundo o comando geral da missão, segundo a própria ONU (UNIFIL, ag 2017).

De acordo com nossa concepção sobre os aspectos culturais e o valor simbólico correspondente observamos que sua efetividade na avaliação da UNIFIL. Atividades culturais e de interação social também foram feitas na FTM, com a visita de estudantes de diversos países a alguns navios ancorados no porto de Beirute. Nestas ocasiões, eles recebiam informativos sobre os tipos de tarefas empreendidas; além disso, assistiam apresentações musicais e de dança, acompanhadas do serviço de iguarias típicas dos países envolvidos. Por exemplo, isto foi destacado no evento realizado na embarcação da Indonésia, bastante apreciadas pelos visitantes estudantis. Este tipo de recepção era rotina para os

países envolvidos, inclusive o Brasil que aproveitavam para difundir o seu poder brando, acumulando, cada vez mais, capital cultural e político para este país.

Outras celebrações eram realizadas, como passagem de comando das operações navais entre as nações, integrantes administrativos da ONU e oficiais brasileiros. Isto ocorreu durante todos os anos em que o Brasil foi o responsável por liderá-las, como no aniversário de 10 anos da MTF, em 2016. A título de ilustração, verificamos a festividade da troca de comando entre dois navios. A fragata F-44, *Independência*, substituída pela F-44 *Liberal*, que chegou ao Líbano em 7 de setembro de 2016, data comemorativa da Independência do Brasil, depois de seis meses de serviço de sua predecessora. O comandante adjunto das forças onusianas no Líbano declarou o valor do engajamento do Brasil numa causa classificada como “nobre”, que envolveu a pacificação para manter muitas pessoas e vidas. Aqui, também, registrou-se a presença de autoridades diplomáticas e militares brasileiras, libanesas e dos países envolvidos nas tarefas naquela parte do Oriente Médio (MARINHA DO BRASIL, 2020).

Ademais, a razão do próprio comando das operações navais ter sido assumido pelos oficiais brasileiros, devidamente outorgados pelo comando da UNIFIL, conferiu maior credibilidade e responsabilidade à esquadra brasileira no plano internacional numa região avaliada como de grande intensidade de conflitos ao longo da história contemporânea.

Para nós esta realidade contribui de modo especial para o preenchimento dos interesses e *habitus* corporativos da MB, que visa se promover como uma Marinha de porte médio, capaz de garantir a boa ordem, exercer patrulhamento eficaz e em certas circunstâncias, negar o uso do mar. Além disso, na FTM ela estaria mais habilitada para as ações de salvamento e atividades humanitárias, o que se tornou crescente naquela região por causa do aumento dos conflitos internos e internacionais. Assim, entendemos que a MB cumpriu, sua missão, contando com as possibilidades de maiores investimentos em recursos humanos e materiais, que levaram ao crescimento de seu prestígio, para a realização de suas atividades no Atlântico Sul e nas bacias hidrográficas brasileiras, ligadas à projeção do Poder Marítimo e à defesa nacional, baseada no princípio de dissuasão convencional na ação do Estado em mobilizar seu metacapital.

O discurso oficial brasileiro pode ser também compreendido em conjunto com a representação e sentidos atribuídos por atores envolvidos na situação. Relacionado a tais aspectos se faz presente o discurso diplomático, ao qual os militares aderem sobre a característica de ser o Brasil um exportador e “provedor de paz” (Amorim, 2016) pois, apesar de ser um país com sérios problemas sociais e de segurança pública, o envolvimento militar do Brasil não tem sido realidade desde a II Guerra Mundial já destacadas por Silva, Braga e Marcondes.

Portanto, sendo um país externamente reconhecido como pacífico, promoveu-se o aumento da valorização da MB para fazer com que a paz em ambientes conflituosos. Isto ajudou à chamada imagem internacional do país e a sua herança diplomática neste assunto (Winand, 2018).

No caso da UNIFIL, o período que a MB manteve a sua atividade no Líbano, correspondeu à manutenção de paz criando modos de divulgar e reforçar sua presença por meio de publicações sobre o sentido e o percurso das viagens do Brasil ao Líbano, atividades cívico-culturais, participação feminina, vídeos institucionais, e modernização na formação de recursos humanos específicos para tal tipo de missão, conforme veremos a seguir.

No plano do discurso político-corporativo, considerou-se que o desenvolvimento da aprovação pela comunidade internacional acerca da presença brasileira na MINUSTAH, certamente contribuiu para que a MB fosse empregada na UNIFIL a partir de 2010. (Braga, 2010). Este autor foi um dos que também destacou a presença brasileira no Haiti, no período pré e pós-terremoto, como um “ponto de inflexão” da experiência em operações de paz. Portanto, compreendemos que isto evidencia o que se caracteriza como um tipo de capital social e político bastante significativo, o que Braga, por sua vez, considera válido e frutífero na demonstração do poder duro, brando e *smart* de nosso país, mencionada anteriormente.

Por sua vez, no âmbito da ONU, o apoio brasileiro à Marinha libanesa no patrulhamento da área designada até o fim do mandato, em agosto de 2018, feito pelo CSNU, significou o que o representante do Secretário Geral, Dujarrick, chamou de “ calma e e “ação proativa” (ONU BRASIL, 2017).

Seguindo o mesmo curso, outro exemplo da manifestação de apreço e reconhecimento pelo trabalho da MB, foi feita pelo diretor do Centro de Informações da ONU para o Brasil, Maurizio Giuliano. Numa visita ao CIASC (Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo) do CFN, que prepara o pessoal empregado ns operações de paz, de maneira mais específica que o CCOPAB.

Desta maneira, vemos que no *habitus* reforçado pelas tradições militares-navais estão presentes também a constituição de uma relação familiar satisfatória e seu lugar na ordem institucional e social. Por isso, laços familiares foram também importantes para a boa recepção das atividades brasileiras na missão, como é o exemplo histórico da situação de libaneses que vieram para o Brasil na guerra civil que durou entre 1975 a 1990. Para se ter uma comparação , com a guerra na Síria, em curso, o número de refugiados no Líbano chegou a cifra de 1,5 milhão, segundo a ACNUR (Agência das nações Unidas para Refugiados), o

que perfaz quase um terço da população síria. Isto fez com que os descendentes de libaneses vissem com simpatia o fato de que no passado, por causa do conflito com Israel, seus ascendentes foram historicamente acolhidos no Brasil e integrados à população, o que dá mais legitimidade ao apoio do trabalho realizado pela MB.

Outro traço apresentado sobre a construção da distinção da identidade nacional feita pelos marinheiros foi a história de viagens. Em fevereiro de 2018, o Brasil enviou cerca de 200 militares que se juntaram a outros baseados no Líbano, para as atividades da MTF. Eles tiveram seis meses de missão de patrulhamento da Linha Azul, com a expedição da fragata *Independência*, então comandada pelo capitão-de-fragata Marcelo Lancelotti. A este período estrito de patrulhamento, somou-se o período de cerca de três meses de preparação e deslocamento de ida e volta entre cidades portuárias brasileiras, africanas, europeias, até chegar ao Líbano ou voltar ao Brasil. Um tipo de deslocamento como este envolve não só o trabalho de logística, como o sacrifício das próprias famílias dos membros da tripulação e deles próprios pelo sentimento constante de saudades de casa.

No critério relacionado ao gênero, identificamos o destaque da presença feminina apenas através do trabalho da, então, capitão-de-fragata Carla Daniel, carioca de 51 anos, que atuou como assessora do comandante por quase um ano. Por causa da sua formação em Comunicação Social, se tornou a oficial de ligação entre a tropa da FTM e a imprensa libanesa. Ela era responsável também pela montagem da agenda do comandante e da organização da logística. Não ignorando as pressões de ser a única mulher a bordo num navio de 263 homens, ela avaliou a sua presença como bastante satisfatória, porque, além de ser uma aspiração de quase vinte anos, quando entrou na MB, ela representou um modelo a ser seguido por outras mulheres que se voluntariassem a estar na missão (ONU BRASIL, 2018).

Depois do trabalho no Líbano, a oficial retornou ao Brasil, mas, em seguida, seguiu para trabalhar no DPKO, em Nova Iorque, no escritório de Assuntos Militares (OMA) para as ligações com as operações de paz na Etiópia.

Entendemos que, a despeito da pequena e escassa participação feminina brasileira, há relatos de que o envolvimento das militares de outras nações foi substantivamente maior, como o caso da criação de uma patrulha feminina em Souk al Khan, organizada pelo comando da missão no setor leste. Esta operação contou com uma dúzia de mulheres da Indonésia, Nepal, Servia e Espanha. Isto nos chamou à atenção, pois significou que havia maior reconhecimento do valor das mulheres ao auxiliarem no contato pacífico e interação para promover

intercâmbio sem afrontar diretamente aspectos culturais e normas estabelecidas naquele contexto.

Houve ainda a comemoração da presença feminina em 8 de março, quando é tradicionalmente comemorado o Dia Internacional da Mulher., estimulando as estratégias de inserção institucional das mulheres. Neste momento, a primeira mulher comandante no contingente da UNIL foi a major eslovena Nina Raduha, que se via como “honrada e privilegiada”, além de portadora de uma “grande responsabilidade” em fazer parte da missão. Segundo os relatos de que tais iniciativas acontecem por causa do *Female Assessment / Analysis and Support Team* (FAST), que foi lançado em 2016 para que elas tenham vez e voz levadas em consideração e atendidas pela UNIFIL. O mesmo foi dito por autoridades libanesas e ativistas femininas, como demonstração do apreço pelo bom exemplo que as mulheres representariam em termos de responsabilidade e estabilidade na pacificação naquele contexto, que era expresso por meio de discursos e atividades culturais. De modo geral, a UNIFIL contou com um contingente feminino relativamente pouco expressivo, sendo, em fevereiro de 2018, quase 500 delas, o que representou 4.7 % dos integrantes, num contingente de 10.500. As maiores contribuições foram de Gana (131), França (61), Indonésia (49), Grécia (29), Espanha (27), Itália (25), Malásia, (24) e Nepal (idem). (UNIFIL, 2018). Consideramos que estes relatos apontam para a luta e conquista de ter maiores níveis de representação nas atividades das mulheres nas operações de paz. Se estas não são de todo satisfatórias, ao menos demonstra a existência de fissuras num tipo de serviço que ainda conta a análise bouerdisiana sobre a realidade da dominação masculina no seu *ethos* profissional. Aqui consideramos que isto é uma realidade também na análise da sociologia de Moskos sobre os modelos moderno e pós-moderno de profissão militar, mesmo levando em conta a abertura de maior presença feminina nos quadros, corpos e armas das FFAA nas últimas décadas, incluindo o Brasil.

Outros modos de justificativas da construção do discurso corporativo-militar feito por meio de vídeos institucionais, vimos que a MB divulgou seu trabalho nas operações de paz. Este modo seguiu reproduzindo as razões de sua legitimidade, dado que o conflito se iniciou por causa da provocação israelense de 2006, resultando na reação do Hezbollah, contando com a reação da ONU para conter a escalada. Como se sabe, tal disputa permitiu o avanço de tropas de Israel sobre o Líbano, destruindo a sua infraestrutura, inclusive, na região norte do país, que estava fora da zona de combate, posto que os mesmos se davam na parte sul do país. A contenda durou 33 dias e resultou num número significativo de mortes de civis e militares nos dois lados beligerantes. Neste tipo de divulgação da corporação naval brasileira está mencionado ainda que sempre há aqueles

grupos minoritários que não querem a paz responsáveis por estimular fatos que mantenham a instabilidade e a contenda. Por este motivo, a ONU procurou intervir e empreender a estabilidade nesta região do Oriente Médio, no que foi atendida pelo Brasil e demais países, aqui representados pela MB na composição da FTM a partir de 2011.

Nos vídeos corporativos, se repetem as expressões de civis brasileiros e libaneses residentes naquela região, onde se exalta a existência de um ambiente familiar e simpático para a interação e intercâmbio entre os envolvidos naquela tarefa. A promoção e a auto percepção legitimadora dos intentos da corporação naval brasileira prossegue. No momento da resolução da ONU, em primeiro lugar, a medida inicial foi a chegada da OTAN em 2006, quando os navios europeus operaram para demonstrar o bloqueio naval israelense imposto aos libaneses. A missão passou a ser realizada perseguindo os seguintes objetivos, segundo a narrativa dos oficiais brasileiros que deram seu depoimento ao documentário institucional:

a) evitar a entrada de armas e equipamentos usados para o combate no Líbano, que não fossem autorizadas pelo governo deste país;

b) treinar a Marinha de Guerra Libanesa para agir com autonomia e capacidade operativa no futuro, quando findasse a missão.

Noutro vídeo foi divulgado que, quando a MB enviou as suas tropas por meio da fragata F-45 *União*, em 2011, os brasileiros passaram a ter que conquistar a confiança e superar os temores existentes entre os libaneses e nacionais de outros países, a fim de fazer valer a mencionada interdição marítima. Nesta produção também houve relatos de que a MB foi muito bem recebida e avaliada, por causa da imagem do Brasil no exterior, o que transmitiu certo grau de tranquilidade para a população. Tal receptividade fez com que os militares-navais se tornassem mais conscientes de que a responsabilidade maior deveria acompanhar seu orgulho de operar numa missão como a UNIFIL para a melhoria da situação interna do Líbano. Este argumento foi enunciado como expressão de uma forma da MB e do Brasil aumentarem a sua credibilidade no plano internacional diante de vários países ocidentais e orientais, com suas nacionalidades específicas (MARINHA DO BRASIL, 2017),

Tal imagem positiva foi também mencionada sobre a experiência de viver o cotidiano da população libanesa, que mora num espaço territorial de cerca de 10.452 Km<sup>2</sup>. A título de curiosidade, notamos que a área equivale a um território que é, aproximadamente, o dobro que o Quadrilátero de Cruls, onde se situa o Distrito Federal brasileiro.

Em outro vídeo, a MB divulgou a fala de seus oficiais dizendo da importância de estar no Líbano e os motivos político-estratégicos da missão.

Assim, constantemente é mencionado por esses os desafios e o profissionalismo dos brasileiros para superá-los num contexto de grande diversidade cultural que envolve os militares e os civis. (MARINHA DO BRASIL, 2013).

Além do mais, vimos o destaque de que as ações de manutenção da paz não se localizam apenas nas águas do Mediterrâneo, mas, também em terra. Noutro vídeo institucional divulgado pelo escritório da ONU no Brasil, podemos verificar que houve atividades de apoio humanitário às comunidades libanesas, patrulhamento, treinamento para aumento das capacidades operacionais e demarcação e fiscalização de fronteiras. Nesta matéria, outras menções foram feitas às tarefas a bordo dos navios, demonstrando treinamento contra sinistros e o sentimento do dever e gratificação de praças e oficiais de outras nações envolvidas na FTM, além da libanesa, dentre eles alguns dos próprios brasileiros que a comandaram (ONU BRASIL, 2017)

Por fim, houve outro modo de legitimar o significado do capital social, político e cultural, acumulados pela MB e a geração de certa distinção corporativa e organizacional se deu também no aspecto educacional. Afinal, a educação é uma ferramenta grandiosa para a manutenção do *ethos* e reveladora da atribuição de importância da identidade profissional. A valorização do preparo e do treinamento específico de militares navais brasileiros não foi ignorada pela MB, tampouco pela ONU. Para fazer a capacitação específica dos militares navais, a MB possui o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC). Ele está localizado na Ilha do Governador, na cidade do Rio de Janeiro e também abriga, desde 2008, a Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOpPazNav) da MB.

A criação do CIASC não quer dizer inexistência de intercâmbio com o CCOPAB, que está localizado em outra parte da mesma cidade, no bairro carioca da Vila Militar de Deodoro, pois há troca de informações e manutenção de conhecimentos comuns. Até mesmo o pessoal das outras FFAA brasileiras recebe instrução nesse centro naval, sendo o contrário também verdadeiro. Revela-se aqui uma medida de tentar manter certo nível de interoperabilidade e de fortalecer os laços institucionais. Outro exemplo, se estabeleceu na decisão de ajudar no treinamento dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) escola de formação de oficiais combatentes do Exército Brasileiro (EB), também situada no estado do Rio de Janeiro.

Com esta maneira de encaminhar a reprodução da cultura organizacional, percebemos também que houve mais valorização das especificidades e criação de maiores espaços até então não plenamente desenvolvidos, todavia, tidos como importantes para as operações navais numa operação de manutenção da paz, como ficou demonstrado na experiência obtida, por exemplo na MINUSTAH.

Assim, o oficial-marinheiro, responsável por cerca de uma centena de instrutores destacou que o trabalho realizado pela EsOpPazNav tem o objetivo de multiplicar esse conhecimento, permitindo o aprimoramento e a disseminação de novas táticas, técnicas e procedimentos nos diversos níveis de atuação”, avaliou o capitão de fragata Kochulinski. (Moury, 2018a).

Segundo a narrativa deste militar, existem dois tipos de estágios nesta escola relacionados aos cursos ministrados: o Estágio de Preparação de Contingentes de Tropa para Operações de Paz. O outro é o Estágio de Operações de Paz de Caráter Naval para o Estado-Maior dos Contingentes é direcionado para os oficiais que irão assumir funções de assessoramento direto ao comandante da FTM, que são oficiais de Estado-Maior, sendo oferecido duas vezes por ano. Realiza-se também no local, uma vez por ano, o Curso Especial de Negociação em Conflitos com Tomada de Reféns para Oficiais, a fim de tratar de problemas associados à formação de um possível gabinete de crise. Uma nota importante destacada pelo oficial é que policiais militares e bombeiros militares também podem fazer este curso, quando se voluntariam para as operações de paz e que pode ser útil em suas atividades dentro do país.

Outra medida percebida por nós nesta prática de reprodução do *habitus* foi a aprovação da formação institucional encontrada, por exemplo na descrição do capitão-tenente do CFN Adriano Amorim Filgueiras. Ele esteve está desde o final de janeiro de 2018 atuando na FTM da UNIFIL, fez a preparação para a missão na EsOpPazNav. No Líbano, o oficial foi encarregado do destacamento de segurança de fuzileiros navais do Comando da Força Tarefa Marítima e do Grupo de Reação a Ameaças Assimétricas.

Para o capitão Filgueiras, durante a preparação na EsOpPazNav foi possível conhecer as experiências passadas pelos oficiais instrutores, antecipando prováveis cenários a serem encontrados, bem como repassando as determinações já consagradas nos documentos da ONU. Ele destacou que houve palestras de instrutores da escola e convidados, com experiência nas operações de paz (Moury, 2018b)

### **Considerações Finais**

Vimos aqui que a participação da Marinha na FTM da UNIFIL seguiu os princípios da PEB e as diretrizes estabelecidas no planejamento e execução da política e estratégia nacional de defesa durante os governos Lula e Dilma. Da parte do Brasil, não houve diferença significativa na adesão ao pedido da ONU ao se tratar de imposição do isso da força que aprofundou a regra estabelecida no

capítulo VI e VII da Carta das Nações Unidas. Neste sentido, houve interesse de ganhos para o Brasil quando cedeu a sua Marinha para ajudar a construir a dita boa imagem do país, como pacífico e colaborativo na resolução de conflitos. Ali, a própria MB pretendeu ser beneficiada, tendo em vista que aumentou sua presença em águas internacionais e desenvolveu maior capacidade operativa e interoperabilidade com outros países partícipes na missão. Ressalta-se que, seu prestígio cresceu à medida que foi convidada a participar da força-tarefa e ser responsável pelo seu comando, no que foi bem sucedida, segundo os responsáveis pela UNIFIL, o governo libanês e o brasileiro. Aqui houve os aspectos das lições aprendidas e bem aplicadas pode ser destacado dentro de um quadro analítico que envolvem itens mencionados por autores mencionados neste texto, que problematizaram o envolvimento neste tipo de prática

Tal envolvimento em operações de paz pode ser examinado, de acordo com a percepção interesses e a conveniência dos países colaboradores, como o Brasil. Tal postura foi tomada a fim de que se evitem problemas sobre o valor das missões, contribuindo para afastar os militares das suas missões tradicionais, como guerras convencionais e conflitos internacionais, voltadas à dissuasão de eventuais potências ameaçadoras e outros atores globais. Isto fez com que aspectos da profissão militar fossem modificados em nome da modernização das funções para atender a vontade do Estado brasileiro e da comunidade internacional.

Outro fator considerado positivo pelo Brasil e autoridades onusianas foi a participação da MB numa região notadamente conflituosa, mas, de grande importância estratégica, cultural, diplomática e cultura para o Brasil, viabilizando sua participação indo além do seu consagrado entorno estratégico, onde busca cooperação, intercâmbio e integração com os países mais próximos.

O contexto descrito acima pode ser entendido pela concepção sociológica bouerdisiana sobre a construção de uma identidade que se baseia no aumento de capital social econômico, político e cultural pretendido pelo Brasil e sua corporação naval em terras nacionais. Isto está conectado à montagem de uma distinção social e desenvolvimento de um *ethos* profissional dos militares marinheiros ao empreender as capacidades e realizações relacionadas às funções de seu Corpo da Armada, de maneira, até então, inédita o que levou à renovação de seu *habitus*, com suas práticas e valores engendrados a partir das operações na UNIFIL. Por isso, as práticas utilizadas na cultura organizacional da MB reforçaram a forma de como ela foi vista positivamente, construída interna e externamente, por meio da divulgação de vídeos, informes impressos, entrevistas etc, além das ações cívico-diplomáticas e culturais e das operações militares existentes no Líbano, em referência à maneira como a ONU se posicionou sobre

as mesmas. Esta organização também contribuiu para a criação e reforço de aspectos do capital cultural, social e político de acordo com os objetivos da corporação naval e do Brasil.

As concepções acadêmicas aqui mencionadas contribuem para refletir sobre o porque e como as justificativas governamentais e da MB, sem deixar de apontar uma interpretação crítica sobre tal pretensão e suas práticas no cenário nacional e internacional. Entendemos que esta interpretação pode ajudara estabelecer marcos de compreender melhor as posturas institucionais, além de estimular uma abordagem mais aprofundada e complexa do que apresentamos aqui.

Destacamos, também, que para materializar as mudanças, o governo brasileiro e a MB se deram conta de que seria necessário, mas, não suficiente, continuar com sua preparação tradicional e aquela que existe no CCOPAB para maior eficiência na reprodução do *habitus* profissional nas suas escolas e centros de instrução naval. Para aumentar sua legitimidade e qualificação a corporação instituiu cursos e programas de treinamento mais específicos dentro do seu centro de instrução, ressaltando mais ainda a sua distinção profissional.

Entretanto, no plano da formação de recursos humanos e engajamento nas operações de paz a questão de gênero ainda está muito aquém do pretendido e necessário, dada a comparação com outros países participantes na missão. Este é um tópico que poderá apresentar uma tendência de modificação futura com o maior aproveitamento das mulheres nos corpos e quadros da MB, sobretudo na sua maior participação nas atividades de combate.

## **REFERÊNCIAS**

ADLER-NISSEN, R. *Bourdieu in International Relations*, Adler-Nissen, London &, Routledge, New York , 2013.

AMORIM, C. *A Grande Estratégia do Brasil: Discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014)* Brasília. FUNAG & Editora UNESP, São Paulo, 2016.

ARON, R., *Paz e Guerra Entre as Nações*, Brasília, DF, Ed. UnB, 2002.

BRAGA, C. “Desafios futuros para as operações de paz brasileiras”. *Revista da Escola de Guerra Naval* 15: 11-2,(2010).

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_ *A Economia das Trocas Simbólicas*, Perspectiva, São Paulo,1992.

\_\_\_\_\_ *A Miséria do Mundo*, Petrópolis, Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_ *La Distincion. Criterios y bases sociales del gusto*, Taurus, Madrid, 1988.

BOURDIEU, P., PASSERON, J.C. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1982.

CAMPOS, P. “Gênero ou feminismo? As Nações Unidas e as políticas de gênero nas operações de paz”. Em: *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*, KENKEL, K, MORAES, R. (orgs) 69-92. IPEA, Brasília, 2012.

CARDOSO, A. J. S, *O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas*, Brasília, FUNAG, 1998.

DIEHL, P., DRUCKMAN, D. *Evaluating peace operations*, Oxford University Press, New York, 2014.

FEDERHEN, D., *A Decade of UNIFIL- a critical approach to the effectiveness and appropriatenes of UM-peacekeeping basead in the example of UNIFIL*, GRIN Verlag, 2004.

FONTOURA, P. R. *O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas*, FUNAG, Brasília, 1999.

JANOWITZ, M. *O Soldado Profissional: estudo social e político*, S. Paulo, GRD

KENKEL, K. M.. *O Peso do Passado e o Significado da Responsabilidade: a Alemanha e as operações de paz*. Em: KENKEL, K, MORAES, R (orgs) *O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: entre a tradição e a inovação*. IPEA, Brasília, 2012.

MARINHA DO BRASIL, *Fragata Independência é o Novo Capitânea da Força – Tarefa Marítima da UNIFIL*, [www.mar.mil.br/noticias/fragata-independencia-e-o-novo-capitania-da-forca-tarefa-da-unifil](http://www.mar.mil.br/noticias/fragata-independencia-e-o-novo-capitania-da-forca-tarefa-da-unifil). 22.4. 2020. Consulta em 21.5. 2020.

\_\_\_\_\_, *Fragata União parte para a Operação Líbano XV* [www.youtube.com/watch?=Rkv42Mvh5To](http://www.youtube.com/watch?=Rkv42Mvh5To) , Consulta em 13.5.2017

\_\_\_\_\_, *“Paz, a Marinha do Brasil o Líbano”*. <https://www.youtube.com/watch?v=LS8QPOuc7DA> . 2013. Consulta em 24.6.2018.

MATHIAS, S.K, (org) *Sob o Signo de Atenas: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas* , São Paulo, Editora Unesp, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. “O Brasil na Unifil (Líbano)” [https://www.defesa.gov.br/Relações Internacionais > Missões de Paz](https://www.defesa.gov.br/Relações_Internacionais/Missões_de_Paz) . Consulta em 13 de dezembro de 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. “Nota 60. Participação brasileira na UNIFIL”<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2471-participacao-brasileira-na-unifil>. Consulta em 2.6.2018.

\_\_\_\_\_, Nota 351. “Participação brasileira na Missão de Paz da ONU no Líbano”. [www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2768-participacao-brasileira-na-missao-de-paz-da-onu-no-libano](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2768-participacao-brasileira-na-missao-de-paz-da-onu-no-libano). Consulta em 2.6.2018.

MONTEIRO, J. M, *Para ler Bourdieu*, Petrópolis, Vozes, 2018.

MOSKOS, C. .; WILLIAMS, J.; SEGAL, D. *The Post Modern Military: Armed Forces after the Cold War*. Oxford, NY: Oxford Press, 2000.

MOURY, T. A Escola de Operações de Paz de Caráter Naval atua na preparação das tripulações dos navios-capitâneas, que operam na Força-Tarefa Marítima, e dos Grupos Operativos de Fuzileiros Navais, <https://cdn.defesaaereanaval.com.br/wp-content/uploads/2018/05/FN.jpg>. 30.10.2018 Acesso em 7 .8. 2022.

NAÇÕES UNIDAS–BRASIL.(2018) “Capitão é 1ª militar brasileira a trabalhar no Departamento de Operações de Paz da ONU”.<https://nacoesunidas.org/capitao-e-1a-militar-brasileira-a-trabalhar-no-departamento-de-operacoes-de-paz-da-onu.7,7.2018>. Consulta em 20.12. 2018.

\_\_\_\_\_ “Conheça a Força-Tarefa Marítima da Missão da ONU no Líbano, a UNIFIL” <https://www.youtube.com/watch?v=rWcbVuHzMKo>. Consulta em 9.8. 2018.

\_\_\_\_\_ “Deputy Force Commander visits Maritime Task Force Flagship at sea”.<https://unifil.unmissions.org/unifil-deputy-force-commander-visits-maritime-task-force-flagship-sea>. 2017.Consulta em 9.8.2018.

\_\_\_\_\_ “UNIFIL Head of Mission Major General Del Col hosts LAF Commander General Aoun in UNIFIL HQ” <https://unifil.unmissions.org/message-unifil-mission-united-nations-security-cou...> 2017. Consulta em 17.7. 2018.

NASSER, F. “Pax Brasiliensis: Projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas”. Em: KENKEL, K, MORAES, R(orgs) *O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação*. IPEA, Brasília, 2012.

NYE, J. Soft Power: The Means To Success In World Politics, Public Affairs, New York, 2004.

ORTIZ, R.,(org) Pierre Bourdieu: sociologia, SãoPauo, Ática, 1983.

PORTALR3 DEFESA, 2022. <https://www.portalr3.com.br/2022/11/10/militares-brasileiros-da-missao-de-paz-no-libano-concluem-a-preparacao-junto-a-brigada-espanhola>. 10.11.2022. Consulta em 12.10. 2023.

SILVA, BRAGA, MARCONDES, The Brazilian participation in UNIFIL: raising Brazil's profile in international peace and security in the Middle East? DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201700211>, *Revista Brasileira de Política Internacional.*, 60(2): e 011, 2017

SILVEIRA, C. de C. A Criação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Marinha do Brasil: algumas questões sócio-políticas. Em: KALIL, S.; MEI, E.; SILVEIRA, C de C, (orgs) *De Cuba à Patagônia: Desafios da Educação Militar no Terceiro Milênio*, São Paulo, Editora Unesp, 2021.

\_\_\_\_\_ *A Formação dos oficiais da Marinha do Brasil: educação, profissão, pensamento estratégico* (1978–2001), Novas Edições Acadêmicas, Saarbrücken. 2016.

\_\_\_\_\_ *Construção da Identidade e Educação Militar Brasileira no Início do Século XXI*. Em: MATHIAS, S. K. , ZIRKER, D. (orgs), *Militares e Democracia: estudos sobre a identidade militar*, São Paulo, Editora UNESP, 2016.

WINAND, E. C.A. *Diplomacia e Defesa na Gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): história e conjuntura na análise das relações Brasil-Argentina*, São Paulo, Editora UNESP, 2016